## **SENTENÇA**

Processo Digital n°: 1000263-78.2014.8.26.0566

Classe – Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Nota de Crédito Comercial

Requerente: SOLUÇÃO SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA ME

Requerido: MATEUS CARDOSO CAMARGO

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

## DECIDO.

O réu é revel.

Citado pessoalmente (fls. 16), ele compareceu à audiência realizada e saiu ciente do prazo que tinha para oferecer contestação (fl. 19), mas não o fez (fl. 21).

Reputam-se por isso verdadeiros os fatos articulados pela autora (art. 20 da Lei nº 9.099/95).

Por outro lado, os documentos de fls. 06/09 reforçam a existência da dívida cobrada e inexiste um só dado a lançar dúvida a esse propósito.

A conjugação desses elementos, aliada à inexistência de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar o réu a pagar à autora a quantia de R\$ 3.500,54, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Caso o réu não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, <u>caput</u>, da Lei n° 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 23 de maio de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA